



IN250 INCM

IMPrensa NACIONAL: 250 ANOS DE HISTÓRIA

O LIVRO, OS SABERES E O ESTADO

28 e 29 de novembro de 2019

Universidade Autónoma de Lisboa
Auditório 1

Departamento de História, Artes e Humanidades

Universidade Autónoma de Lisboa
Rua de Santa Marta, 56
1169-023 Lisboa
<https://autonoma.pt>
IN250@autonoma.pt

Apresentação

O alvará régio de 24 de dezembro de 1768 determinava a criação de uma Oficina Tipográfica que pudesse «fazer-se útil e respeitável pela perfeição dos caracteres, e pela abundância e asseio das suas impressões». Nas duas centúrias e meia que desde então transcorreram e ao presente se rememoram, a Imprensa Régia (“Imprensa Nacional” a partir de 1833) tem assumido, na sua indeclinável ligação ao Estado, a que por essência está afeta, papel incontornável na promoção das artes tipográficas e na definição de uma ação pública no domínio da cultura escrita. Associando caráter oficial e vocação cultural e educativa, a Imprensa Nacional foi escola e fez escola no campo da tipografia, da gravura e das artes gráficas em geral, ensaiando e ensinando técnicas e timbrando a sua evolução, e assim cunhando gerações de artífices e mesmo até de artistas. Impressora-editora oficial, coube-lhe a difusão privilegiada de notícias e de saberes múltiplos, de que as obras literárias, clássicas ou não, se têm mais recentemente destacado.

Pretendendo assinalar os 250 anos da Imprensa Nacional, propõe-se este colóquio expressar a riqueza e complexidade do seu percurso, indagando a evolução das missões e realizações que cumpriu ao longo da sua história e, tomando a sua centralidade como pretexto, esboçar uma reflexão sobre os principais desafios que se colocam ao mundo editorial contemporâneo.

Num espetro necessariamente alargado aos espaços e realidades do antigo Império, são várias as questões que emergem. Entre outras: que motivações subjazeram à decisão de intervenção direta do Estado, através da sua Imprensa, na atividade industrial, na vida social e na produção cultural? Que papel assume uma instituição oficial deste tipo no contexto dos diferentes regimes políticos e ideológicos - Monarquia absoluta, Liberalismo, República e Estado Novo - que inevitavelmente determinam as condições e limites da sua ação?

Na reflexão proposta, desenham-se cinco eixos principais:

1. Da história institucional de uma empresa do Estado: a transição da Imprensa Régia para a Imprensa Nacional, usos e manipulações político-ideológicos, a relação indireta e complementar com o contexto colonial;
2. Do livro e da sua materialidade: o contributo da Imprensa Nacional para a história das técnicas e ofícios da tipografia, as diferentes conceções da materialidade do livro (do papel à edição eletrónica), a circulação transnacional dos saberes e das técnicas;
3. Do ofício à arte: a gravura, seu caráter criativo/artístico e seu(s) uso(s) no livro;
4. Do ensino e da formação profissional: o papel do Estado e da Imprensa Nacional no desenvolvimento da formação em artes gráficas nacionais;
5. Do livro, dos saberes e da leitura: as políticas editoriais, a ação educativa e científica, a receção e os modos de leitura.

Organização

Comissão científica

Ana Cristina Araújo, Universidade de Coimbra
Delfim Leão, Universidade de Coimbra
Diogo Ramada Curto, IPRI, NOVA FCSH
Fernanda Campos, CHAM, NOVA FCSH
João Luís Lisboa, NOVA FCSH
José Luís Cardoso, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Luís Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais
Margarida Paes Leme, NOVA FCSH / Imprensa Nacional – Casa da Moeda
Miguel Figueira de Faria, Universidade Autónoma de Lisboa
Nuno Monteiro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Paulo Jorge Fernandes, NOVA FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Comissão organizadora

Frédéric Vidal, Universidade Autónoma de Lisboa (Coordenador)
Aline Hall de Beuvink, Universidade Autónoma de Lisboa
Duarte Azinheira, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
Duarte Manuel Freitas, Universidade Autónoma de Lisboa
Madalena Romão Mira, Universidade Autónoma de Lisboa
Maria Luísa Jacquinet, Universidade Autónoma de Lisboa
Margarida Paes Leme, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
Miguel Figueira de Faria, Universidade Autónoma de Lisboa

Comissão executiva

João Francisco Fialho, Universidade Autónoma de Lisboa
Raquel Medina Cabeças, Universidade Autónoma de Lisboa

IMPRENSA NACIONAL: 250 ANOS DE HISTÓRIA.
O livro, os saberes e o Estado

Dia 28

9h30 – Abertura

10h00-10h45 - Conferência inaugural

Artur Anselmo, Professor jubilado da Universidade Nova de Lisboa,
Ex-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
A Imprensa Nacional no contexto da reforma pedagógica setecentista

10h45-11h00 - café

11h00-13h00 - História institucional

Moderação: Nuno Monteiro, ICS

João Luís Lisboa, NOVA FCSH
*Impressores nas origens da impressão régia: Miguel Manescal da Costa
e Niccolò Pagliarini*

Fernanda Guedes de Campos, CHAM - NOVA FCSH
Margarida Paes Leme, INCM / IEM – NOVA FCSH
Entre poderes e saberes: a produção gráfica da Imprensa Régia (1768-1800)

Luiz Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais
*A Imprensa Régia na Crise do Antigo Regime: Coroa, autores e tensões
políticas e sociais em Portugal e no Brasil*

Maria Inês Queiroz, IHC – NOVA FCSH / INCM
Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional

13h00-14h30 - Almoço

14h30-16h00 - Do ofício à arte I

Moderação: Raquel Henriques da Silva, NOVA FCSH

Miguel Figueira de Faria, UAL
*Joaquim Carneiro da Silva. Da Aula da Imprensa Régia ao plano da Academia
Real de Belas Artes*

Camila Guimarães Santiago, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
*Os livros religiosos editados pela Imprensa Régia e suas gravuras: produção,
circulação e influências na América Portuguesa.*

Alexandra Gomes Markl, MNAA

Da Europa para Lisboa: uma reflexão sobre a atividade do gravador Francesco Bartolozzi ao serviço da Imprensa Régia.

16h00-16h15 - café

16h15-17h15 - Do ofício à arte II

Moderação: José Luís Cardoso, ICS

Maria Teresa Payan Martins, CHAM - NOVA FCSH

A oficina de António Rodrigues Galhardo nas origens da Imprensa Nacional

Regiane Caire da Silva, Universidade Federal do Maranhão – UFMA

A Flora Fluminense de Frei Veloso e as publicações de botânica da Casa Literária do Arco do Cego: considerações sobre a imagem impressa

17h15 -18h00 - Conferência debate

Moderação: Aline Hall de Beuvink, UAL

Duarte Azinheira, INCM

A edição de serviço público na Imprensa Nacional. Que futuro para a Imprensa Nacional?

18h00 – 19h00 - Apresentação de Edições

Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego.

Org. Ermelinda Moutinho Pataca e Fernando José Luna, Edição da USP (Edusp)

Indústria, Arte e Letras. 250 Anos da Imprensa Nacional.

Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, Edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda

É servido um Porto de Honra.

9h30-11h00 - Políticas do livro I

Moderação: Diogo Ramada Curto, NOVA FCSH

João Brigola, CIDEHUS/Universidade de Évora
Edições da Imprensa Nacional no estudo das coleções e dos museus portugueses do séc. XVIII

Marcelo Cheche Galves, Universidade Estadual do Maranhão
A Livraria da Casa do Correio: Impressos do Arco do Cego na capitania do Maranhão

Ana Cristina Araújo, Universidade de Coimbra
Política da Língua e Impressão Régia: gramáticas, ortografias e dicionários (1768-1800)

11h00 -11h30 - café

Nicoli Braga Macêdo, UAL e Sabrinne Cordeiro, UAL
Primeiros passos da Imprensa no Brasil: de Antônio Isidoro da Fonseca a Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense.
Poster

11h30- 13h - Políticas do livro II

Moderação: Duarte Freitas, UAL

Cátia Miriam Costa, CEI-IUL
Imprimir e publicar nas colónias: a Imprensa Nacional em Luanda e Macau

Nuno Medeiros, IHC – NOVA FCSH / ESTeSL-IPL
Edição, Estado e regime: fenomenologias na ditadura portuguesa

13h-14h30 - Almoço

14h30-16h30 - Do livro e da sua materialidade

Moderação: Paula Lopes, UAL

Cláudio Garrudo, INCM
Série Ph. a edição de livros de fotografia na editora pública

Rúben Dias, Escola Superior de Arte e Design de Matosinhos
Os séculos de hoje, os livros de amanhã

Jorge Silva, Designer de comunicação
Jardins da Memória

Dália Guerreiro, CIDEHUS - Universidade de Évora
O Livro entre a materialidade e a virtualidade

16h30 -17h00 - café

Sofia Carrola, UAL
Ilustrar o saber: o que revela a imagem no livro?
Poster

17h-17h45 - Conferência de encerramento

Frédéric Barbier, CNRS / École Pratique des Hautes Études
Les espaces du livre en France de 1640 à la Révolution

17h45-18h00 - Sessão de encerramento

Resumos

Alexandra Gomes Markl, Museu Nacional de Arte Antiga

Da Europa para Lisboa: uma reflexão sobre a atividade do gravador Francesco Bartolozzi ao serviço da Impressão Régia.

O convite ao prestigiadíssimo gravador Francesco Bartolozzi (1725-1815), por parte das autoridades portuguesas, para trabalhar e dirigir a aula de gravura da Impressão Régia, a partir de 1802, foi um acontecimento relevante na acanhada cena artística nacional de então. Ao longo de uma notável carreira internacional, primeiro na sua Florença natal e mais tarde em Inglaterra, afirmou-se como o mais destacado e inovador gravador da sua geração. Criador de novas técnicas que elevaram a gravura para um novo patamar artístico, a sua chegada a Lisboa com o objetivo de preparar uma nova geração de gravadores com destino ao então carecido serviço da Régia Oficina Tipográfica, apresentava-se carregada de expectativas que acabariam por não se concretizar integralmente.

NOTAS

Ana Cristina Araújo, Universidade de Coimbra

Política da Língua e Impressão Régia: gramáticas, ortografias e dicionários (1768-1800)

Nesta comunicação avaliamos o papel da Régia Oficina Tipográfica no processo de aplicação e difusão da norma ortográfica, bem como a abertura de campos lexicais na cultura portuguesa na época das Luzes. É dado especial relevo à impressão de veículos de aprendizagem linguística e ao movimento editorial de gramáticas e dicionários de línguas estrangeiras que marca, distintivamente, a segunda metade do século XVIII.

A partir de 1768, a Tipografia Régia, criada nesse ano, recebe a missão de assegurar a publicação de dicionários e de gramáticas de línguas estrangeiras para uso das classes do Colégio dos Nobres. Alargando o inquérito a outras casas impressoras, verifica-se que aumentou consideravelmente, no período compreendido entre a década de trinta e finais dos anos oitenta do século XVIII, a produção tais instrumentos de acesso às línguas vernáculas europeias, com destaque para o idioma francês.

NOTAS

Camila Guimarães Santiago, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Os livros religiosos editados pela Impressão Régia e suas gravuras: produção, circulação e influências na América Portuguesa.

Abordam-se os livros religiosos editados pela Impressão Régia entre as décadas de 1770 e 1820, conferindo especial destaque para os Missais e as gravuras que os compunham. Nesse sentido, serão abordados as técnicas e os gastos com a abertura das matrizes e o processo de impressão, lançando, assim, algumas luzes sobre a escola de gravura da Régia Oficina Tipográfica encabeçada por Joaquim Carneiro da Silva e, posteriormente, por Francesco Bartolozzi. Intenciona-se tratar da influência exercida por essas gravuras sobre os pintores que atuavam na América Portuguesa, especialmente na capitania das Minas Gerais, uma vez que foram recorrentemente tomadas por eles como modelos para suas obras. Entre as últimas três décadas do século XVIII e as duas primeiras do XIX, vários foram os pintores encarregados da ornamentação pictóricas dos edifícios religiosos na capitania das Minas Gerais que imitaram as gravuras portuguesas, traduzindo-as para o gosto em voga entre seus contemporâneos. As composições e padrões iconográficos insculpidos no seio da Impressão Régia cruzavam o oceano e, através do labor dos pintores nas Minas, coloriam-se, transformando-se em pinturas em forros e paredes das capelas e igrejas. É notável, assim, a ampla influência exercida por essa escola de gravura portuguesa no ambiente artístico do Novo Mundo.

Cátia Miriam Costa, CEI-IUL

Imprimir e publicar nas colónias: a Imprensa Nacional em Luanda e Macau

A chegada da Imprensa Nacional aos contextos coloniais transformou o modo não só de imprimir, mas também de publicar nestes territórios. Em muitos casos, pela primeira chegavam meios de impressão que permitiriam a publicação regular de informação concernente ao espaço colonial. Criadas para a publicação dos boletins dos governos locais, rapidamente, assumiram outras tarefas, permitindo a impressão de outros documentos para além dos periódicos oficiais. Na verdade, a chegada da Imprensa Nacional às colónias permitiu que localmente fossem produzidos e distribuídos documentos impressos, o que à partida garantiu novas oportunidades de receção, mas também de produção e distribuição de mensagens de e para o território colonial. Este estudo propõe-se analisar o impacto da chegada da Imprensa Nacional a Luanda e a Macau, optando por uma análise comparativa. O nosso objetivo é averiguar se as consequências do estabelecimento desta instituição foram idênticas em ambos os casos. É de notar, ainda, que nos diferentes territórios colonizados por Portugal, a evolução e a disponibilidade de meios tipográficos foi desigual. Nos casos em estudo, é de notar que o primeiro livro foi impresso no século XVI, enquanto que Luanda (Angola) teve de esperar até ao século XIX para ter o seu primeiro livro impresso localmente.

NOTAS

Cláudio Garrudo, INCM

Série Ph. a edição de livros de fotografia na editora pública. Novos caminhos da edição pública e o caso específico da série Ph

A Série Ph. é uma coleção de monografias dedicada à fotografia portuguesa contemporânea. Estas edições pretendem dar a conhecer a obra dos autores, apresentando os territórios expandidos e múltiplos da Fotografia e são enriquecidas com textos de especialistas. A Imprensa Nacional (INCM), ao editar uma série de livros de fotografia contemporânea portuguesa, assume o seu papel de editora pública e assegura «A edição de obras essenciais da cultura portuguesa», característica que tem desenvolvido ao longo de 250 anos e que está definida pelos seus estatutos. Esta apresentação aborda todo o processo editorial do projeto e revela os novos caminhos da edição pública, concretamente o caso específico da Série Ph, assim como a contextualização de outras coleções de fotografia a nível internacional.

NOTAS

Dália Guerreiro, CIDEHUS-UE

O Livro entre a materialidade e a virtualidade

A observação de bibliotecas digitais de coleções de incunábulos e livro antigo permitiu coletar informação e avaliar as particularidades que lhes são inerentes e a forma como estas afetam a sua disponibilização em linha. Para analisar as características do livro antigo, foi efetuado o levantamento das obras disponibilizadas em linha pela Biblioteca Nacional Digital Portugal, datadas entre 1450 e 1800, onde se inclui o acervo disponibilizado em linha pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no âmbito do projeto Patrimónia, num total de 7.500 títulos. A fim de limitar o estudo, o arco temporal considerado foi de 1450 a 1550, correspondendo aos primeiros 100 anos da impressão com caracteres móveis. A partir desta análise, é possível concluir que a condição que mais influi no processo de digitalização do livro antigo decorre das suas características formais, do valor patrimonial que lhe é atribuído e do seu estado de conservação, impondo cuidados especiais no seu manuseamento; por outro lado, as exigências da investigação apresentam requisitos específicos de pesquisa e acesso ao conteúdo, de transcrição e marcação do texto, criação de pontos de ligação.

NOTAS

Fernanda Guedes de Campos, CHAM - NOVA FCSH

Margarida Paes Leme, INCM / IEM – NOVA FCSH

Entre poderes e saberes: a produção gráfica da Impressão Régia (1768-1800)

A fundação da Régia Oficina Tipográfica, nos últimos dias de 1768, integra-se, como se sabe, numa estratégia mais ampla que configura o programa josefino das Luzes, seguindo, aliás, cronologicamente a criação da Real Mesa Censória com a qual manteve estreita ligação. O decreto fundacional de 24 de dezembro enfatiza, de forma clara a dependência direta do rei, ainda que, no articulado seja óbvio que a nova oficina tipográfica tinha liberdade para decidir sobre o seu plano editorial, numa política explícita de preços justos sem atenção a “grandes interesses de lucro” antes buscando nos seus produtos uma elevada qualidade gráfica. Os critérios editoriais de uma oficina tipográfica que era “régia” mas concorria com outras revelam-se nos 1554 livros e folhetos que, entre 1768 e 1800, deu à estampa em primeiras edições ou reimpressões. Desde a obra de grande aparato, com profusão de gravuras, para a qual a Impressão Régia estava particularmente habilitada, passando por “obras de regime” e de grande divulgação religiosa, cultural e científica até aos libretos, poesias, catálogos e gazetas, a atividade tipográfica mostra-se variada e testemunhal quanto aos gostos e necessidades dos prospetivos leitores. Nesta comunicação procuraremos apresentar 1) os dados bibliométricos que resultam de uma análise circunstanciada dos Livros de Registo existentes no Arquivo da Imprensa Nacional; 2) as opções editoriais que resultaram de encomendas privadas, coletivas e régias 3) as diferentes tipologias temáticas e, no limite, a percepção dos poderes e saberes que se entrecruzam nos reinados de D. José I e de D. Maria I.

João Brigola, CIDEHUS/Universidade de Évora

Edições da Imprensa Nacional no estudo das coleções e dos museus portugueses do séc. XVIII

Identificam-se algumas obras fundamentais para a caracterização das iniciativas museológicas e patrimoniais portuguesas do séc. XVIII, editados pela Imprensa Nacional ao longo da centúria seguinte. Cada edição será temporalmente contextualizada e revelada a respetiva importância cultural e historiográfica para o estudo dos colecionismos naturalista, científico e arqueológico setecentistas.

NOTAS

João Luís Lisboa, NOVA.FCSH

Impressores nas origens da impressão régia: Miguel Manescal da Costa e Niccolò Pagliarini

A criação da impressão régia, obedecendo a objetivos bem definidos de garantia de qualidade dos trabalhos tipográficos em Portugal, apoia-se na experiência e conhecimentos de dois impressores já com muitos anos de trabalho em 1768, Miguel Manescal da Costa (com a sua oficina) e Niccolò Pagliarini. Ambos têm um longo historial de colaboração com a Coroa portuguesa. Pretende-se aqui analisar alguns aspetos do trabalho destes dois impressores tão diversos, na perspetiva da sua convergência e das características da instituição em cuja criação participaram.

NOTAS

Jorge Silva, Designer de comunicação

Jardins da Memória

Contrariando a voragem do tempo presente e a ingrata memória dos homens, os livros da coleção D são dedicados a grandes personagens da história do design português, autores de várias disciplinas, da comunicação aos objetos, da moda ao grafismo, da publicidade à ilustração, em monografias de custo acessível e essencialmente visuais. A Coleção D, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, editora vocacionada para o serviço público, tem 14 volumes publicados desde 2011, sobre os artistas Víctor Palla, R2, Pedro Falcão, Paulo-Guilherme, Marco Sousa Santos, Fernando Brízio, Roberto Nobre, Fred Kradolfer, Carlos Guerreiro, Luís Miguel Castro, João da Câmara Leme e Luís Filipe de Abreu. Em 2018, o volume 13 coincidiu com uma remodelação gráfica, da qual já foram publicados os volumes sobre Dorindo de Carvalho e Eduardo Aires. Os livros da Coleção D são um primeiro encontro com a excelência dos designers portugueses, relacionando a sua obra com o presente e futuro de uma rica, mas mal estudada história do design nacional. São livros de histórias com futuro.

NOTAS

Luiz Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais

A Impressão Régia na Crise do Antigo Regime: Coroa, autores e tensões políticas e sociais em Portugal e no Brasil

A Impressão Régia, criada em Lisboa pelo Alvará de 24 de dezembro de 1768, foi instituída aos 13 de maio de 1808 também no Rio de Janeiro, logo depois da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, detendo o monopólio de impressão na nova capital do Império português até 1821. Na conjuntura turbulenta da passagem do século XVIII para o século XIX, a Impressão Régia, nos dois lados do Atlântico, respondeu aos interesses da Coroa, seja no sentido de conservar o chamado Antigo Regime, seja visando dar prosseguimento às reformas ilustradas iniciadas em 1750. Ao mesmo tempo, exprimiu alguns anseios e conflitos políticos e sociais então existentes. Em 1822, sob o nome de “Imprensa Nacional”, em Lisboa, a mando das Cortes Constituintes, editou o livro Cartas e mais peças dirigidas a sua Majestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcântara: e juntamente os ofícios e documentos, que o General Comandante da Tropa expedicionária existente na Província do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Governo.

Esta comunicação tem por objetivo discorrer sobre esse percurso, priorizando a Impressão Régia do Rio de Janeiro e avaliando com destaque Cartas e mais peças..., publicação supracitada.

NOTAS

Marcelo Cheche Galves, Universidade Estadual do Maranhão

A Livraria da Casa do Correio: Impressos do Arco do Cego na capitania do Maranhão

Em fins do século XVIII e início do XIX milhares de impressos foram remetidos para a América portuguesa, como permite entrever os registros da Real Mesa Censória, preservados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Por outros caminhos, oficiais ou não, as capitanias receberam uma diversidade incalculável de títulos. Essa comunicação limita-se a analisar os registros do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao envio de obras produzidas no âmbito da Casa Literária do Arco do Cego para a capitania do Maranhão. Ademais, articula as informações contidas nesses registros a uma política mais ampla de difusão de conhecimentos científicos, coordenada pelo secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, aqui apreendida a partir da capitania do Maranhão e de aspetos como: a escolha em 1798 de D. Diogo de Sousa, egresso da Universidade de Coimbra, para governar a capitania; a criação em 1799 da Livraria da Casa do Correio, na capital São Luís, para a venda de impressos do Arco do Cego; e as correspondências trocadas entre o governador e Sousa Coutinho, com temáticas relacionadas à literatura científica.

NOTAS

Maria Inês Queiroz, IHC.NOVA /INCM

Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional

A Imprensa Nacional cumpriu dois séculos e meio de atividade editorial em 24 de dezembro de 2018 e faz atualmente parte da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, em resultado da fusão com a Casa da Moeda em 4 de julho de 1972, continuando a assegurar até hoje a sua missão original. A sua história cruza-se com a história do País, variando em função das principais transformações políticas e económicas e de mudanças socioculturais que, no seu conjunto, se refletiram na sua produção editorial. Este estudo representa uma primeira abordagem global à história da Imprensa Nacional, enquadrando-a e contextualizando-a na história geral das artes gráficas em Portugal. Propõe-se que constitua um estímulo para futuros trabalhos e reflexões em torno da edição, do livro e da indústria gráfica, a partir de uma história que permite perceber o papel do Estado, a importância da formação profissional, o papel complementar da Imprensa Nacional no universo editorial português e a missão pública que foi sendo estruturada ao longo do seu percurso.

NOTAS

Maria Teresa Payan Martins, CHAM / FCSH-NOVA

A oficina de António Rodrigues Galhardo nas origens da Imprensa Nacional

Quando em 1768 a questão do sigilismo (1745) renasce, o quadro político-religioso encontra-se completamente alterado. D. Miguel da Anunciação continuava, naquela altura, a dirigir a diocese de Coimbra e era, desde 1759, o único chefe dos jacobeus, protagonista da contenda de 1745, ainda vivo. Fiel aos princípios reformistas jacobeus, o bispo de Coimbra via com apreensão a invasão das doutrinas regalistas e ainda antes de ser preso, em 1768, manifestou a sua discordância com os teólogos e juristas de Sebastião José. O pretexto para a reabertura do conflito surgiu em 1768, quando o bispo-conde de Coimbra, alarmado com as proporções que o regalismo e materialismo atingiam em Portugal, mandou ler nas igrejas da sua diocese uma pastoral manuscrita, proibindo aos seus diocesanos, sob pena de excomunhão, a leitura de livros que tinham sido publicados nos últimos tempos, “contra a religião revelada e a pureza dos costumes”. D. Miguel da Anunciação foi preso, fez-se saber que caíra no crime de lesa-majestade e cometeu-se à Real Mesa Censória o exame da Pastoral. A sentença condenatória foi proferida e de imediato impressa. Esta espécie apresenta uma particularidade digna de registo e que carece de explicação: embora no seu rosto figure que foi estampada na Régia Oficina Tipográfica, a paternidade tipográfica da Sentença da Real Mesa Censória contra a pastoral manuscrita ... que o bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente ... é comprovadamente de António Rodrigues Galhardo.

NOTAS

Miguel Figueira de Faria, UAL

Joaquim Carneiro da Silva. Da Aula da Impressão Régia ao plano da Academia Real de Belas Artes

Joaquim Carneiro da Silva (1732-1818) foi um dos mais influentes artistas do final do Antigo Regime. Iniciando a sua carreira no círculo de proteção do marquês de Pombal, como fundador da escola de gravura criada na Impressão Régia (1769), assumiu-se como o interprete da ideologia do regime, nomeadamente na campanha anti-jesuítica, preenchendo a lacuna reconhecidamente existente na época em Portugal do recurso à imagem impressa como veículo de propaganda. Bolseiro em Roma, onde foi discípulo de Ludovico Stern, transferiu para Lisboa os métodos de ensino ali apreendidos, inicialmente transpostos para a Aula de Gravura da Impressão Régia e, sobretudo, na organização da primeira Aula Pública de Desenho estabelecida em 1781 já no tempo de D. Maria I. Idealizou um sistema integrado de ensino das belas artes cuja pedra de fecho seria uma Academia Real de Belas Artes de que chegou a elaborar o projeto. A sua ação teve um impacto determinante no lançamento de um ensino público das Belas-Artes em Portugal e, igualmente, na consolidação do estatuto de um segmento de elite dos artistas lisboetas que contribuiu para a desagregação do sistema corporativo dos produtores de imagens e das respetivas estruturas de representação nomeadamente da Irmandade de São Lucas. Enciclopedista moderado, ator de um tempo em que os artistas experimentavam intervir na esfera das ideias políticas e sociais, a sua influência declinou no contexto da prematura morte do príncipe do Brasil em 1788. Ao príncipe D. José seria inicialmente dedicada a obra *Luz da Liberal Arte da Cavalaria...* que constituirá o seu legado gráfico na carteira de edições da Imprensa Régia e simultaneamente representa o colapso e encerramento da primeira aula de gravura criada em Portugal.

NOTAS

Nicoli Braga Macêdo, UAL

Sabrinne Cordeiro, UAL

Primeiros passos da Imprensa no Brasil: de Antônio Isidoro da Fonseca a Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense (Poster)

O presente artigo tem por objetivo abordar as ações antecedentes a chegada da família real portuguesa ao Brasil (Rio de Janeiro/1808) e procura afirmar uma imagem e ação já existentes, mesmo que de modo extraoficial, de uma imprensa nacional quase meio século antes, meados do XVIII. Estabelecemos tal data como o ponto de partida, assim a atenção centrar-se-á na figura do tipógrafo português Antônio Isidoro da Fonseca, que no referido ano de 1746 estabeleceu uma oficina tipográfica no estado do Rio de Janeiro. A primeira publicação data de 1747, conhecidas são três, e foi “A Relação da entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo D. Fr. Antônio do Desterro Malheyro”. Apontar o período de transição que ocorre após a chegada da família real e as medidas que movimentaram a formação oficial da imprensa em território brasileiro. Assim, daremos a conhecer as duas primeiras publicações (1808), cada qual com sua peculiaridade, Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense, tendo entre si apenas três meses de diferença na primeira publicação, e embora a segunda tenha sido impressa em Londres, consideramos aqui ambas como pioneiras da difusão da comunicação no Brasil.

NOTAS

Nuno Medeiros, IHC – NOVA FCSH / ESTeSL-IPL

Edição, Estado e regime: fenomenologias na ditadura portuguesa

Nesta comunicação procura-se entender o modo ambíguo, quando não dúplice, como o Estado Novo lidou com o livro enquanto objeto de ação política. As tentativas de enquadrar o livro como alvo de promoção no sentido de um apoio efetivo e da adoção de medidas corretivas das disfunções do mercado, próprias de uma matriz contemporânea e aberta de sistemas políticos e sociais desenvolvidos, nunca existiram verdadeiramente durante o período da ditadura. Com efeito, desde o início o regime autoritário hesitou entre fórmulas – isoladas – de suporte à edição e à leitura, que não pôde ou não quis consolidar, e opções tendentes a conseguir arregimentar agentes do livro (sobretudo editores e autores) à nunca concretizada literatura oficial do Estado Novo. Em finais dos anos 1950, esta ambiguidade cessou, cedendo à via praticamente única da repressão do livro, pautando o poder a sua atuação pela ausência de propostas de fomento do mercado editorial e livreiro como as que se verificaram noutros contextos nacionais, inclusive autocráticas.

NOTAS

Regiane Caire da Silva, Universidade Federal do Maranhão – UFMA

A Flora Fluminense de Frei Veloso e as publicações de botânica da Casa Literária do Arco do Cego: considerações sobre a imagem impressa

Este estudo analisa a imagem botânica impressa sem adentrar às características morfológicas dos vegetais para a classificação das espécies, mas delimitado por um olhar gráfico voltado para a investigação da produção processual da estampa. A escolha do tema botânico em edições ilustradas se deve por possuir um apelo visual, normalmente mais requintado, na caracterização das folhas, flores e frutos. Nesse sentido nos interessa investigar como acontece a transposição do manuscrito realizado, normalmente, em desenho/pintura para a expressão gráfica por meio da gravura, iluminadas em publicações mais complexas. Portanto a imagem impressa é tratada como documento imbuída em si de informações que contribuem para a história da arte e da *techné* com destaque para os saberes e fazeres dos impressores e artistas da época. Assim, como objeto de pesquisa deste trabalho escolheu-se a obra manuscrita *Flora Fluminense* (1790) e sua versão impressa concluída em 1827 do autor frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) destacando-o não somente como religioso e naturalista, mas como editor/diretor da Casa Literária do Arco do Cego. A metodologia empregada baseou-se na análise da *Flora Fluminense* observando quais foram os procedimentos técnicos aplicados para a versão impressa, bem como a comparação entre gravuras de outras edições botânicas produzidas sob o comando de Frei Veloso na Casa Literária do Arco do Cego. O resultado aponta a singularidade do aspecto da edição impressa da *Flora Fluminense* levantando-se a hipótese da possível continuidade da informação da planta, que parece inacabada, por meio de pintura sobre a gravura - iluminação, procedimento refinado encontrado em edições botânicas anteriores ao século XIX e não como “mal definidas e pessimamente gravadas” como foi, entre outras, a crítica sobre a edição.

Rúben Dias, Escola Superior de Arte e Design de Matosinhos
Os séculos de hoje, os livros de amanhã

A Imprensa Nacional, ao longo de 250 anos, desenvolveu as principais técnicas associadas à produção do livro, desde a execução de caracteres móveis, passando por variadas técnicas de impressão, ao acabamento dos volumes, tornando-se por isso um marco incontornável para o estudo do livro no nosso país. Os caracteres móveis funcionam como a imagem das palavras e refletem, de uma forma extremamente depurada, os ideais de uma época em cada contexto. O estudo dessas letras contribui para compreender o período da sua utilização e abrir luz para o atual desenvolvimento de tipos de letra, quer com uma fiel interpretação histórica, como para uma interpretação livre, suportada por decisões informadas que permitem construir uma evolução entre o passado e a atualidade. À mesma imagem, o livro permite também a interpretação do passado para construir o futuro. A IN nos últimos anos tem revelado como prioridade pensar no livro enquanto objeto de fruição. A coleção *Itálica*, recentemente editada, surge como um reflexo contemporâneo, com raízes cravadas na história do livro. De uma forma tecnicamente atualizada e simultaneamente a refletir uma imagem de contemporaneidade, procura contribuir, do ponto de vista do design, para uma evolução do livro refletindo inovação sustentada pela história.

NOTAS

Sofia Carrola, UAL

Ilustrar o saber: o que revela a imagem no livro? (Poster)

Compreender a história da Imprensa Nacional é transpor o baluarte de uma época caracterizada pela renovação científica e pela transformação das concepções políticas, económicas, sociais e religiosas. Impulsionada pela Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V, e pela Impressão Régia, criada no tempo de D. José I, teve um percurso peculiar constitutivo de uma instituição que acompanhou as demandas do seu tempo. Na importação dos progressos tipográficos e técnicas de gravura, promoveu-se o advento de uma nova cultura de informação que haveria de evoluir para os múltiplos caminhos gráficos sustentados na tipografia e na imagem, onde a arte complementa o ofício. Artistas, pedagogos, cientistas e políticos render-se-iam à utilidade da incorporação das imagens nos textos, partilhando ativamente o interesse longamente desenvolvido pela Igreja, na exploração das potencialidades comunicativas da imagem. A presença das gravuras nos livros generalizar-se-ia ao longo do século XVIII. Neste novo enquadramento, a sua função deixou de ser a da simples ornamentação ou o resultado de um trabalho coletivo que finda com a impressão. Efetivamente, a gravura conquistou um espaço no livro e nas artes, sendo-lhe reconhecida uma significação concreta, agregadora de funções e utilidades diversas (fundamentalmente gnosiológicas), que se propõe tratar.

NOTAS

Ficha técnica

Título

Programa e Resumos do Colóquio “Imprensa Nacional: 250 anos de História: o Livro, os Saberes e o Estado”.

Frédéric Vidal, UAL (Coordenador)

Conferencistas:

Alexandra Gomes Markl, MNAA
Ana Cristina Araújo, Universidade de Coimbra
Artur Anselmo, Professor Jubilado da Universidade Nova de Lisboa
Camila Guimarães Santiago, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cátia Miriam Costa, CEI-IUL
Cláudio Garrudo, INCM
Dália Guerreiro, CIDEHUS-Universidade de Évora
Duarte Azinheira, INCM
Fernanda Guedes de Campos, CHAM - NOVA FCSH
Frédéric Barbier, CNRS/École Pratique des Hautes Études
João Brigola, CIDEHUS/Universidade de Évora
João Luís Lisboa, NOVA FCSH
Jorge Silva, Designer de comunicação
Luiz Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais
Marcelo Cheche Galves, Universidade Estadual do Maranhão
Margarida Paes Leme, INCM / IEM – NOVA FCSH
Maria Inês Queiroz, IHC – NOVA FCSH / INCM
Maria Teresa Payan Martins, CHAM - NOVA FCSH
Miguel Figueira de Faria, UAL
Nicoli Braga Macêdo, UAL
Nuno Medeiros, IHC – NOVA FCSH / ESTeSL-IPL
Regiane Caire da Silva, Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Rúben Dias, Escola Superior de Arte e Design de Matosinhos
Sabrinne Cordeiro, UAL
Sofia Carrola, UAL

AAVV (2019). *Programa e Resumos do Colóquio “Imprensa Nacional: 250 anos de História: o Livro, os Saberes e o Estado”*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

1. INCM. 2. Edição. 3. Livro. 4 História da edição.

CDU 01

655